REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SESSÃO CONJUNTA

ANO LXII - Nº 1 - TERÇA-FEIRA, 2 DE JANEIRO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente
Senador **RENAN CALHEIROS** – PMDB – AL

1º Vice-Presidente

Deputado **JOSÉ TOMAZ NONÔ** – PFL – AL

2º Vice-Presidente
Senador **ANTERO PAES DE BARROS** – PSDB – MT

1º Secretário
Deputado **INOCÊNCIO OLIVEIRA** – PMDB – PE

2º Secretário
Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA** – PMDB – MA

3º Secretário
Deputado **EDUARDO GOMES** – PSDB – TO

4º Secretário
Senador **EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – PSDB – TO

Ata da 1ª Sessão Conjunta (Solene), em 1º de janeiro de 2007

Presidência do Sr. Renan Calheiros.

(Inicia-se a sessão às 16 horas e 15 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados)

(Compõem a Mesa: à direita do Presidente Renan Calheiros, o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República, e o Presidente da Câmara dos Deputados Aldo Rebelo; à esquerda: o Vice-Presidente da República, Senhor José Alencar Gomes da Silva, o Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, no exercício da Presidência, Ministro Gilmar Ferreira Mendes, e o Terceiro-Secretário da Mesa do Congresso Nacional, Deputado Eduardo Gomes)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL.) – Declaro aberta a sessão do Congresso Nacional destinada a receber o compromisso constitucional e dar posse ao Presidente e ao Vice-Presidente da República, os Exmos. Srs. Luiz Inácio Lula da Silva e José Alencar Gomes da Silva, reeleitos em 29 de outubro de 2006 e diplomados pelo Tribunal Superior Eleitoral no dia 14 de dezembro do mesmo ano para o período a iniciar-se nesta data.

S.Exas. encaminharam à Mesa os diplomas, que serão publicados, na forma do Regimento.

São os seguintes os diplomas recebidos:



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PELA VONTADE DO POVO BRASILEIRO,
EXPRESSA NAS URNAS EM 29 DE OUTUBRO DE 2006,

Luiz Inácio Lula da Silva,

CANDIDATO PELA COLIGAÇÃO A FORÇA DO POVO (PT, PRB, PC DO B),
FOI REELEITO PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

EM TESTEMUNHO DESSE FATO, A JUSTIÇA ELEITORAL EXPEDIU-LHE O PRESENTE DIPLOMA
QUE O HABILITA À NOVA INVESTIDURA NO CARGO PERANTE O CONGRESSO NACIONAL
EM 1º DE JANEIRO DE 2007, NOS TERMOS DA CONSTITUIÇÃO.

BRASÍLIA, QUATORZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E SEIS,
185º DA INDEPENDÊNCIA E 118º DA REPÚBLICA.

MINISTRO MARCO AURÉLIO
PRESIDENTE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PELA VONTADE DO POVO BRASILEIRO,
EXPRESSA NAS URNAS EM 29 DE OUTUBRO DE 2006,

José Alencar Gomes da Silva,

CANDIDATO PELA COLIGAÇÃO A FORÇA DO POVO (PT, PRB, PC DO B),
FOI REELEITO VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

EM TESTEMUNHO DESSE FATO, A JUSTIÇA ELEITORAL EXPEDIU-LHE O PRESENTE DIPLOMA QUE O HABILITA À NOVA INVESTIDURA NO CARGO PERANTE O CONGRESSO NACIONAL EM 1º DE JANEIRO DE 2007, NOS TERMOS DA CONSTITUIÇÃO.

BRASÍLIA, QUATORZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E SEIS,
185º DA INDEPENDÊNCIA E 118º DA REPÚBLICA.

MINISTRO MARCO AURÉLIO
PRESIDENTE

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB -AL.) – Convido todos a se colocarem de pé. O Exmo. Sr. Luiz Inácio Lula da Silva irá prestar o compromisso constitucional.

O SR. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Prometo manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil. *(Palmas.)*

É o seguinte o compromisso:

CONGRESSO NACIONAL

TERMO DE COMPROMISSO, PREVISTO NO ARTIGO 78 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PRESTADO EM 1º DE JANEIRO DE 2007, PELO EXCELENTÍSSIMO SENHOR LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, REELEITO PARA O CARGO DE PRESIDENTE DA REPÚBLICA EM 29 DE OUTUBRO DE 2006:

"Prometo manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil."



UNSGM\Termo de Compromisso 01.01.07.doc

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB -AL.) – O Sr. José Alencar Gomes da Silva também irá prestar seu compromisso constitucional.

O SR. JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA – Prometo manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil. *(Palmas.)*

É o seguinte o compromisso:

CONGRESSO NACIONAL

TERMO DE COMPROMISSO, PREVISTO NO ARTIGO 78 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PRESTADO EM 1º DE JANEIRO DE 2007, PELO EXCELENTÍSSIMO SENHOR JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA, REELEITO PARA O CARGO DE VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA EM 29 DE OUTUBRO DE 2006:

"Prometo manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil."

U:\SGM\Termo de Compromisso 01.01.07.doc

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL.) – Declaro empossados nos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República Federativa do Brasil, respectivamente, os Exmos. Srs. Luiz Inácio Lula da Silva e José Alencar Gomes da Silva, para o período de 1º de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2010. *(Palmas prolongadas.)*

Solicito a todos que permaneçam de pé para ouvirmos o Hino Nacional.

(É executado o Hino Nacional. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB -AL.) – O Sr. Terceiro-Secretário, Deputado Eduardo Gomes, procederá à leitura do termo de posse.

É lido o seguinte:

TERMO DE POSSE DOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA E JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA, RESPECTIVAMENTE, NOS CARGOS DE PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

Às 16 horas do dia 1º de janeiro do ano de 2007, perante o Congresso Nacional reunido em sessão solene conjunta de suas Casas, no plenário da Câmara dos Deputados, nesta cidade de Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, sob a direção da Mesa do Congresso Nacional, presidida pelo Senhor Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, e secretariada pelo Senhor Deputado Eduardo Gomes, Terceiro-Secretário, integrando ainda a Mesa o Senhor Deputado Aldo Rebelo, Presidente da Câmara dos Deputados, e o Senhor Ministro Gilmar Ferreira Mendes, Vice-Presidente no exercício da Presidência do Supremo Tribunal Federal, compareceram os Senhores Luiz Inácio Lula da Silva e José Alencar Gomes da Silva, que, nos termos do art. 78 da Constituição Federal, foram solenemente empossados, respectivamente, nos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, para os quais foram reeleitos no dia 29 de outubro de 2006 e diplomados, pelo Tribunal Superior Eleitoral, no dia 14 de dezembro do mesmo ano, para o período de 1º de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2010. Os empossados proferiram, na forma do citado artigo da Constituição, o seguinte compromisso:

"Prometo manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil."

E, de conformidade com o disposto no art. 65 do Regimento Comum do Congresso Nacional, Raimundo Carreiro Silva, Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal, lavrou o presente termo, que é assinado pelos empossados e pelos membros da Mesa que dirigiram os trabalhos da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB -AL.) – O termo de posse vai ser assinado pelos Srs. Presidente e Vice-Presidente da República, por esta Presidência, pelo Presidente da Câmara dos Deputados e pelos membros da Mesa do Congresso Nacional.

(Procede-se à assinatura do termo de posse.)

É o seguinte o termo de posse assinado:

CONGRESSO NACIONAL

TERMO DE POSSE DOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA E JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA, RESPECTIVAMENTE, NOS CARGOS DE PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

Às dezesseis horas do dia primeiro de janeiro do ano de dois mil e sete, perante o Congresso Nacional reunido em sessão solene conjunta de suas Casas, no Plenário da Câmara dos Deputados, nesta Cidade de Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, sob a direção da Mesa do Congresso Nacional, presidida pelo Senhor Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, e secretariada pelo Senhor Deputado Eduardo Gomes, Terceiro-Secretário, integrando ainda a Mesa o Senhor Deputado Aldo Rebelo, Presidente da Câmara dos Deputados, e o Senhor Ministro Gilmar Ferreira Mendes, Vice-Presidente no exercício da Presidência do Supremo Tribunal Federal, compareceram os Senhores Luiz Inácio Lula da Silva e José Alencar Gomes da Silva, que, nos termos do artigo setenta e oito da Constituição Federal, foram solenemente empossados, respectivamente, nos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, para os quais foram reeleitos no dia vinte e nove de outubro de dois mil e seis e diplomados, pelo Tribunal Superior Eleitoral, no dia quatorze de dezembro do mesmo ano, para o período de primeiro de janeiro de dois mil e sete a trinta e um de dezembro de dois mil e dez. Os empossados proferiram, na forma do citado artigo da Constituição, o seguinte compromisso:

> ***"Prometo manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil."***

E, de conformidade com o disposto no artigo sessenta e cinco do Regimento Comum do Congresso Nacional, Raimundo Carreiro Silva, Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal, lavrou o presente termo, que é assinado pelos empossados e pelos membros da Mesa que dirigiu os trabalhos da sessão.

U:\SGM\Termo de Posse 01.01.07.doc

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL.) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Exmo. Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Exmo. Senador Renan Calheiros, esidente do Congresso Nacional; Exmo. Deputado Aldo Rebelo, Presidente da Câmara dos Deputados; Exmo. Sr. José Alencar, Vice-Presidente da República; Exmo. Sr. Ministro Gilmar Ferreira Mendes, Vice-Presidente no exercício da Presidência do Supremo Tribunal Federal; Exmo. Sr. Antonio Fernando Souza, Procurador-Geral da República; minha companheira Marisa; Sra. Mariza Campos Gomes da Silva; Sras. e Srs. Chefes de Missões Diplomáticas; Srs. Governadores aqui presentes; Senadoras e Senadores; Deputadas e Deputados; Ministros do Supremo Tribunal Federal; amigas e amigos; minhas queridas brasileiras, meus queridos brasileiros.

Quatro anos atrás, nesta Casa, em um 1º de janeiro, vivi a experiência mais importante de minha vida: a de assumir a Presidência do meu País.

Não era apenas a realização de um sonho individual.

O que então ocorreu foi o resultado de um poderoso movimento histórico do qual eu me sentia – e ainda hoje me sinto – parte e humilde instrumento.

Pela primeira vez, um homem nascido na pobreza, que teve de derrotar o risco crônico da morte na infância e vencer, depois, a desesperança na idade adulta, chegava, pela disputa democrática, ao mais alto posto da República.

Pela primeira vez, a longa jornada de um retirante, que começara, como a de milhões de nordestinos, em cima de um pau-de-arara, terminava, como expressão de um projeto coletivo, na rampa do Planalto.

Hoje, estou de volta a esta Casa, no mesmo 1º de janeiro e quase na mesma hora.

Tenho ao meu lado, como em 2003, o amigo e companheiro José Alencar, cuja colaboração inteligente e leal tornou menos árduas as tarefas desses 4 anos.

E assim o será no Governo que se inicia.

Tudo é muito parecido, mas tudo é profundamente diferente.

É igual e diferente o Brasil; é igual e diferente o mundo; e, eu, sou também igual e diferente.

Sou igual naquilo que mais prezo: no profundo compromisso com o povo e com meu País.

Sou diferente na consciência madura do que posso e do que não posso, no pleno conhecimento dos limites.

Sou igual no ímpeto e na coragem de fazer.

Sou diferente na experiência acumulada na difícil arte de governar.

Sou igual quando volto a conjugar, nas suas formas mais afirmativas, o verbo mudar, como fiz aqui 4 anos atrás.

Mas sou diferente, pois, sem renegar a paciência e a persistência que aqui também preguei, quero hoje pedir, com toda ênfase, pressa, ousadia, coragem e criatividade para abrir novos caminhos.

Minhas senhoras e meus senhores, 4 anos depois, o Brasil é igual na sua energia produtiva e criadora.

Mas é diferente – para melhor – na força da sua economia, na consistência de suas instituições e no seu equilíbrio social.

Em que momento de nossa história tivemos uma conjugação tão favorável e auspiciosa: de inflação baixa; crescimento das exportações; expansão do mercado interno, com aumento do consumo popular e do crédito; e ampliação do emprego e da renda dos trabalhadores?

O Brasil ainda é igual, infelizmente, na permanência de injustiças contra as camadas mais pobres. *(Palmas.)*

Porém é diferente, para melhor, na erradicação da fome, na diminuição da desigualdade e do desemprego.

É melhor na distribuição de renda, no acesso à educação, à saúde e à moradia.

Muito já fizemos nessas áreas, mas precisamos fazer muito mais.

O Brasil ainda possui sérias travas ao seu crescimento e fragilidades nos seus instrumentos de gestão. Mas nosso País é diferente – para melhor: na estabilidade monetária; na robustez fiscal; na qualidade da sua dívida; no acesso a novos mercados e a novas tecnologias; e na redução da vulnerabilidade externa.

O trabalhador brasileiro ainda não ganha o que realmente merece, mas temos hoje um dos mais altos salários mínimos das últimas décadas, e os trabalhadores obtiveram ganhos reais em 90% das negociações salariais nestes últimos 4 anos.

Criamos mais de 100 mil empregos por mês com carteira assinada, sem falar das ocupações informais e daquelas geradas pela agricultura familiar, totalizando mais de 7 milhões de novos postos de trabalho.

O Brasil ainda precisa avançar em padrões éticos e em práticas políticas.

Mas hoje é muito melhor na eficiência dos seus mecanismos de controle e na fiscalização sobre seus governantes.

Nunca se combateu tanto a corrupção e o crime organizado.

Muita coisa melhorou na garantia dos direitos humanos, na defesa do meio ambiente, na ampliação da cidadania e na valorização das minorias.

O Brasil é uma nação mais respeitada, com inserção criativa e soberana no mundo.

E o mundo, vasto mundo, como está 4 anos depois?

Melhor em certos aspectos, mas pior, infelizmente, em tantos outros.

Foram 4 anos sem graves crises econômicas, mas com graves conflitos políticos e militares internacionais.

Ao mesmo tempo em que o crescimento da economia mundial permitiu certo desafogo aos países emergentes, a relação entre nações ricas e pobres não melhorou.

A solução dos grandes problemas mundiais, como as persistentes desigualdades econômicas e financeiras entre nações; o protecionismo comercial dos grandes; a fome e a inclusão dos deserdados; a preservação do meio ambiente; o desarmamento; e o combate adequado ao terrorismo e à criminalidade internacional; não evoluiu.

Os organismos internacionais – especialmente a ONU – não se atualizaram em relação aos novos tempos em que vive a humanidade.

Meus senhores e minhas senhoras, um dos compromissos mais profundos que tenho comigo mesmo é o de jamais esquecer de onde vim.

Ele me permite saber para onde seguir.

Hoje posso olhar nos olhos de cada um dos brasileiros e brasileiras e dizer que mantive, mantenho e manterei meu compromisso de cuidar, primeiro, dos que mais precisam.

Governar para todos é meu caminho, mas defender os interesses dos mais pobres é o que nos guia nesta caminhada. *(Palmas.)*

Se alguns quiseram ver na minha primeira eleição apenas um parêntesis histórico, a reeleição mostrou que um governo que cumpre os seus compromissos obtém a confiança do povo.

Em outubro, nossa população afirmou de modo inequívoco que não precisa nem admite tutela de nenhuma espécie para fazer sua escolha.

Ela foi livre e soberana, como deve ser a força do povo. *(Palmas.)*

É uma responsabilidade enorme tornar-se o Presidente com o índice de aprovação mais elevado ao final de seu mandato.

Tenho plena consciência do que isso significa.

Sei que, a partir de hoje, cabe-me corrigir o que deve ser corrigido e avançar com maior determinação no que está dando certo, para consolidar as conquistas populares.

O desafio é grande, porém maior é minha disposição de vencê-lo.

Ouço as vozes das cidades, das ruas e dos campos, e escuto, muito perto, a voz da minha consciência.

Ela me diz que não fui reeleito para ouvir a velha e conformista ladainha segundo a qual tudo é muito difícil, quase impossível, que só pode ser conquistado numa lentidão secular.

Quatro anos atrás eu disse que o verbo mudar iria reger o nosso Governo.

E o Brasil mudou.

Hoje, digo que os verbos acelerar, crescer e incluir vão reger o Brasil nestes próximos 4 anos. *(Palmas.)*

Os efeitos das mudanças têm que ser sentidos rápida e amplamente.

Vamos destravar o Brasil para crescer e incluir de forma mais acelerada.

Minhas senhoras e meus senhores, o Brasil não pode continuar como uma fera presa numa rede de aço invisível – debatendo-se, exaurindo-se, sem enxergar a teia que o aprisiona.

É preciso desatar alguns nós decisivos para que o País possa usar a força que tem e avançar com toda velocidade.

Muito tentamos nos últimos 4 anos, mas fatores históricos, dificuldades políticas e prioridades inadiáveis fizeram com que nosso esforço não fosse inteiramente premiado.

Hoje a situação é bem melhor, pois construímos os alicerces e temos um projeto claro de país a ser realizado.

Precisamos de firmeza e ousadia para mudar as regras necessárias e avançar.

Não podemos desperdiçar energias, talentos, esperanças.

Sei que o crescimento, para ser rápido, sustentável e duradouro, tem de ser com responsabilidade fiscal. Disso não abriremos mão, em hipótese alguma.

Mas é preciso combinar essa responsabilidade com mudanças de postura e ousadia na criação de novas oportunidades para o País.

É necessário, igualmente, que esse crescimento esteja inserido em uma visão estratégica de desenvolvimento que nosso País há muito tempo havia perdido. É preciso uma combinação ampla e equilibrada do investimento público e do investimento privado.

Para lograr esse equilíbrio, temos de desobstruir os gargalos e romper as amarras que travam cada um desses setores.

Isso significa ampliar e agilizar o investimento público, desonerar e incentivar o investimento privado.

Sei que o investimento público não pode, sozinho, garantir o crescimento. Porém, ele é decisivo para estimular e mesmo ordenar o investimento privado. Essas

duas colunas, articuladas, são capazes de dar grande impulso a qualquer projeto de crescimento.

Para atingir esses objetivos, estaremos lançando, já neste primeiro mês de governo, um conjunto de medidas, englobadas no Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC.

Nosso esforço não se esgota nas medidas que anunciaremos em janeiro. Ao contrário, elas serão apenas o começo. Serão desdobradas e complementadas ao longo de todo o mandato, incorporando, inclusive, reformas mais amplas que seguramente estarão na pauta desta Casa.

Vamos: realinhar prioridades; otimizar recursos; aumentar fontes de financiamento; expandir projetos de infra-estrutura; aperfeiçoar o marco jurídico; e ampliar o diálogo sistemático com as instituições de controle e fiscalização, para garantir a transparência dos projetos e agilizar sua execução.

O fornecimento de energia nos próximos 10 anos está garantido pelos projetos em andamento e pelos novos e ambiciosos projetos que serão licitados em 2007.

Continuaremos dando prioridade ao setor de bioenergia, no qual o Brasil ocupa a vanguarda mundial, como decorrência dos esforços de meu Governo.

O programa Luz para Todos, que já propiciou energia elétrica para 5 milhões de pessoas, tem como objetivo chegar até o fim de 2008 a todos os brasileiros ainda sem acesso à eletricidade.

Vamos estabelecer com o BNDES, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, a EMBRAPA, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e o Ministério da Ciência e Tecnologia um amplo programa de incentivo à produtividade das empresas brasileiras, facilitando a importação de equipamentos, melhorando a qualidade dos tributos, favorecendo o acesso à tecnologia da informação, apoiando a inovação e estimulando a integração empresa–universidade.

E vamos consolidar, em harmonia com esta Casa e com os Estados, a legislação unificada do ICMS, simplificando as normas, reduzindo alíquotas, com previsão de implantar um único imposto de valor agregado, a ser distribuído automaticamente para União, Estados e Municípios. *(Palmas.)*

Este conjunto de iniciativas significa o reforço das linhas mestras da política macroeconômica, com a redução da taxa real de juros.

Tenho claro que nenhum país consegue firmar uma política sólida de crescimento se o custo do capital – ou seja, o juro – for mais alto que a taxa média de retorno dos negócios. Da mesma forma que é necessária uma expansão planejada do crédito.

Nossa meta é criar condições para que sua expansão, até 2010, chegue a 50% do PIB, especialmente para o investimento, a infra-estrutura, a agricultura, a habitação e o consumo.

Outro ponto vital é a implantação de vigorosas medidas de desburocratização, sobretudo as que facilitem o comércio exterior, a abertura e o fechamento de empresas, além de levar adiante o aperfeiçoamento das legislações sanitária e ambiental.

Minhas senhoras e meus senhores, durante a campanha afirmei que meu segundo governo será o Governo do desenvolvimento, com distribuição de renda e educação de qualidade.

Disse que, para termos um crescimento acelerado, duradouro e justo, devemos articular cada vez melhor a política macroeconômica com uma política social capaz de distribuir renda, gerar emprego e inclusão.

Dessa forma, nossa política social, que nunca foi compensatória, e sim criadora de direitos, será cada vez mais estrutural. Será peça-chave do próprio desenvolvimento estratégico do País.

O Bolsa Família, principal instrumento do Fome Zero – saudado pelas comunidades pobres e criticado por alguns setores privilegiados – teve duplo efeito. Por um lado, retirou da miséria milhões de homens e mulheres. Por outro, contribuiu para dinamizar a economia de forma mais equânime. Por isso, obteve reconhecimento internacional e já inspira programas semelhantes em vários países do mundo.

Nosso Governo nunca foi nem é "populista". Este Governo foi, é e será um Governo popular, com compromissos populares. *(Palmas.)*

Temos de criar alternativas de trabalho e produção para os beneficiários dos nossos programas de transferência de renda. E aí ocuparão lugar importante: a educação, a formação de mão-de-obra, a expansão do microcrédito e do crédito consignado, o fortalecimento da agricultura familiar, o avanço da reforma agrária pacífica e produtiva, a economia solidária, o cooperativismo, o desenvolvimento de tecnologias simples e a expansão da arte e da cultura popular.

Para isso, as políticas setoriais de governo devem ser fortemente integradas.

É preciso: continuar expandindo o consumo de bens essenciais da população de baixa renda; fomentar o empreendedorismo das classes médias; dar continuidade à recuperação do salário mínimo; ampliar o crescimento de empregos formais e da massa salarial; e aprofundar a política nacional para micro, pequena e média empresas, nos moldes da Lei Geral aprovada por este Congresso, que estabelece tratamento diferenciado em matéria de crédito, de acesso às tecnologias e às exportações. *(Palmas.)*

É preciso garantir o crescimento de todos, diminuindo as desigualdades entre as pessoas e as regiões.

Para diminuir a desigualdade entre as pessoas, a alavanca básica é a educação; para diminuir a desigualdade entre as regiões, o principal instrumento são os grandes programas de desenvolvimento, especialmente os de infra-estrutura.

Esses grandes programas e projetos de desenvolvimento regional já estão definidos e envolvem setores estratégicos, como energia, transporte, inovação tecnológica, insumos básicos e construção civil.

Na área de energia, eles privilegiam o petróleo, o gás, o álcool, os biocombustíveis e a eletricidade. Na área de inovação tecnológica, os *softwares*, os fármacos, os bens de capital, os semicondutores e a TV digital. Na área dos transportes, englobam indistintamente os setores automotivo, ferroviário, naval e aéreo. Na construção civil, os setores de infra-estrutura, habitação e saneamento básico. Na área dos insumos, a siderurgia, o papel e a celulose, a petroquímica e a mineração.

Minhas senhoras e meus senhores, reitero que a educação de qualidade será prioridade de meu Governo. *(Palmas.)*

Mais do que a qualificação para o mundo do trabalho, a educação é um instrumento de libertação que o acesso à cultura propicia. Ela dá conteúdo à cidadania formal de homens e mulheres.

Um país cresce quando é capaz de absorver conhecimentos. Mas se torna forte, de verdade, quando é capaz de produzir conhecimento.

Para isso, é fundamental valorizar todos os níveis de nosso sistema educacional – sem exceção –, fortalecer a pesquisa pura e aplicada, consolidar a incorporação e o desenvolvimento de novas tecnologias.

Temos aqui um gigantesco desafio. O que outros países fizeram ainda nos séculos XIX ou XX, nós teremos de realizar nos próximos anos. Trata-se de superar os grandes déficits educacionais que nos afligem e, ao mesmo tempo, dar passos acelerados para transformar nosso País em uma sociedade de conhecimento, que nos permita uma inserção competitiva e soberana no mundo.

O Brasil quer, num só movimento, resolver as pendências do passado e ser contemporâneo do futuro.

Graças ao esforço de todos nós, com a decisiva participação do Congresso Nacional, o Brasil conta com instrumento fundamental para melhorar a educação básica, que é o FUNDEB – o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica. Com ele, poderemos aumentar 10 vezes o investimento nas áreas mais carentes do ensino, e 60% desses recursos serão aplicados na melhoria de salários e na formação do professor.

Para que o Brasil tenha uma educação verdadeiramente de qualidade, serão necessários professores bem remunerados, com sólida formação profissional, condições adequadas de trabalho e permanente atualização. Os educadores poderão, dessa forma, melhorar o seu desempenho e os resultados da sua atividade pedagógica.

A Universidade Aberta é decisiva no aperfeiçoamento dos docentes, pois permite que os professores se reciclem sem sair de suas cidades.

Nessa luta pela qualidade, vamos também ampliar a renovação tecnológica do ensino informatizando todas as escolas públicas deste País. *(Palmas.)* Quero reafirmar, neste dia tão importante, que o meu sonho é ajudar a transformar o Brasil no país mais democrático do mundo no acesso à universidade. Para isso, contribuirão as novas universidades e extensões universitárias, e as escolas técnicas em todas as cidades-pólo do País. Para isso, contribuirá também a expansão das bolsas do PROUNI.

O Brasil assistirá dentro de 10 ou 15 anos ao surgimento de uma nova geração de intelectuais, cientistas, técnicos e artistas originária das camadas pobres da nossa população. (*Palmas.*) Este foi sempre o nosso propósito: democratizar não só a renda, mas também o conhecimento e o poder.

Outras áreas vitais para a população – e objeto de permanente demanda – são as da saúde e da segurança pública. Como fizemos no nosso primeiro mandato, vamos continuar modernizando os dois setores para que a população brasileira, em especial a parte mais pobre, tenha uma melhor qualidade de vida.

Sinto que em matéria de segurança pública – um verdadeiro flagelo nacional – crescem as condições para uma efetiva cooperação entre a União e os Estados da Federação, sem a qual será muito difícil resolver esse crucial problema brasileiro.

Minhas amigas e meus amigos, apesar dos avanços científicos e tecnológicos de nosso mundo, ainda não foi inventada nenhuma ferramenta mais importante do que a política para a solução dos problemas dos povos. Nunca o mundo viveu – como vive hoje – um período de tão grande descrédito na política. Mas, paradoxalmente, nunca a política foi tão imprescindível.

Temos no Brasil um desafio pela frente. Desafio para as forças que se identificam com este Governo e para aquelas que se situam na oposição.

Temos de refletir sobre nossas instituições e nossas práticas políticas.

Temos de construir consensos que não eliminem nossas diferenças, nem apaguem os conflitos próprios das sociedades democráticas.

Precisamos de um sistema político capaz de dar conta da rica diversidade de nossa vida social.

Nossas instituições têm de ser mais permeáveis à voz das ruas.

Precisamos fortalecer um espaço público capaz de gerar novos direitos e produzir uma cidadania ativa.

As formas de democracia participativa não são opostas às da democracia representativa. Elas se complementam. (*Palmas.*)

Meu Governo, atento às manifestações das ruas e, em especial, aos movimentos sociais, construiu grande parte de suas políticas públicas e importantes decisões governamentais consultando a opinião da sociedade organizada em conferências nacionais, conselhos e fóruns. Continuaremos nesse rumo.

Reafirmamos, finalmente, nossos compromissos éticos em uma perspectiva republicana. Nada mais ético do que a promoção do bem comum e da justiça.

A reforma política deve ser prioritária no Brasil.

Convido todos os senhores para nos sentarmos à mesa e iniciarmos o seu debate e urgente encaminhamento, ao lado de outras reformas importantes, como a tributária, que precisamos concluir.

O fortalecimento de nosso sistema democrático dará nova qualidade à presença do Brasil na cena mundial.

Nossa política externa – motivo de orgulho pelos excelentes resultados que trouxe para a Nação – foi marcada por uma clara opção pelo multilateralismo, necessário para lograr um mundo de paz e de solidariedade.

Essa opção permitiu-nos manter excelentes relações políticas, econômicas e comerciais com as grandes potências mundiais e, ao mesmo tempo, priorizar os laços com o Sul do mundo. Estamos mais próximos da África, um dos berços da civilização brasileira. *(Palmas.)*

Fizemos do entorno sul-americano o centro de nossa política externa.

O Brasil associa seu destino econômico, político e social ao do continente, ao MERCOSUL e à Comunidade Sul-Americana de Nações.

Senhoras e senhores, é tempo do nascimento de um novo humanismo, fundado nos valores universais da democracia, da tolerância e da solidariedade.

O Brasil tem muito o que contribuir nesse debate. Colocamos o respeito aos direitos humanos no centro de nossas preocupações. Ampliamos políticas públicas nessa direção e criamos instituições de Estado fortes e capazes de garantir que este País combaterá de maneira decidida e permanente todas as formas de discriminação de gênero, raça, orientação sexual e faixa etária. *(Palmas.)*

Por isso cresce a participação das mulheres na vida econômica, social e política do nosso País. Cada vez mais, os negros ocupam o lugar que lhes é devido em um Brasil democrático. Assim como os povos indígenas, que reconquistam e consolidam a sua dignidade histórica.

A despeito dos avanços que nossas políticas públicas propiciaram, especialmente na esfera educacional, ainda há muito o que fazer pelos jovens, importante segmento de nossa sociedade, aos quais caberá, certamente, conduzir este País nas próximas décadas.

Em um mundo que busca caminhos para o convívio, espaços para o diálogo, para a coabitação do múltiplo e do diverso, o Brasil tem o que oferecer.

Nosso País pode ser uma voz e um exemplo autêntico e poderoso para o mundo na questão da diversidade. Pode ajudar a mostrar que, neste planeta desigual, é possível avançar no sentido do entendimento, quando os interesses dos diferentes e sobretudo dos excluídos passam a integrar efetivamente a agenda nacional.

Senhoras e senhores, fui reconduzido à Presidência da República pela vontade majoritária do povo brasileiro. A realização do segundo turno deu mais nitidez à escolha, contrapondo projetos de país com contornos bem definidos e diferenciados.

O povo fez uma escolha consciente. Mais do que um homem, escolheu uma proposta, optou por um lado.

Não faltaram os que, do alto de seus preconceitos elitistas, tentaram desqualificar a opção popular como fruto da sedução que poderia exercer sobre ela o que chamavam de "distribuição de migalhas".

Os que assim pensam não conhecem e não entendem este País. Desconhecem o que é um povo sem feitores, capaz de expressar-se livremente. *(Palmas.)*

O que distribuímos – e, mais do que isso, socializamos – foi cidadania. Este povo constitui a verdadeira opinião pública do País que alguns pretenderam monopolizar. *(Palmas.)*

Finalmente, quem tentou desqualificar a opção popular não foi capaz de valorar algo fundamental: a vontade de mudança – que esteve reprimida por décadas, séculos – expressou-se pacífica e democraticamente; e essa manifestação contribuiu de modo notável para o fortalecimento das instituições.

O caminho da política exige paciência, concessões mútuas, compreensão do outro. Exige que sejamos capazes de levar ao extremo a prática da escuta.

Pois só assim é possível sintonizar e harmonizar interesses. Mas exige opções, alinhamentos.

Neste dia inaugural de meu novo mandato, não peço a ninguém que abandone suas convicções. Não desejo que a Oposição deixe de cumprir o papel que dela esperam os que por ela livremente optaram.

Quero pedir-lhes apenas que olhemos mais para o que nos une do que para o que nos separa. Que concentremos o debate nos grandes desafios colocados para o nosso País e para o mundo. Que estejamos à altura do que necessita e deseja o nosso povo. Só assim poderemos estar todos a serviço deste País que tanto amamos.

Eu, de minha parte, governarei para todos, sem olhar para cor, credo, opção ideológica ou partidária. Mais do que nunca sou um homem de uma só causa. E esta causa se chama Brasil. *(Palmas.)*

Minhas senhoras e meus senhores, reconheço que Deus tem sido generoso comigo. Mais do que mereço.

Eu pedi forças... e Deus me deu dificuldades para fazer-me forte.

Eu pedi sabedoria... e Deus me deu problemas para resolver.

Eu pedi prosperidade... e Deus me deu cérebro e músculos para trabalhar.

Eu pedi coragem... e Deus me deu perigos para superar.

Eu pedi amor... e Deus me deu pessoas com dificuldades para ajudar.

Eu pedi dádivas... e Deus me deu oportunidades.

Eu não recebi nada do que pedi, mas eu recebi tudo que precisava. *(Palmas.)*

Muito obrigado. Boa sorte e feliz Ano-Novo para todos os brasileiros e todos nós! *(Palmas prolongadas.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB -AL.) – Exmo. Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva; Exmo. Sr. Vice-Presidente da República, José Alencar Gomes da Silva; Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo; Exmo. Sr. Ministro Gilmar Ferreira Mendes, Vice-Presidente no exercício da Presidência do Supremo Tribunal Federal. Honram-nos também com a presença as Exmas. Sras. Marisa Letícia Lula da Silva, Mariza Gomes Campos da Silva, Rita de Cássia Polli Rebelo e Maria Verônica Rodrigues Calheiros; Exmo. Sr. Terceiro-Secretário da Mesa do Congresso Nacional, Deputado Eduardo Gomes; Exmos. Sras. e Srs. Deputados; Exmos. Sras. e Srs. Senadores; Exmos. Sras. e Srs. Chefes de Missões Diplomáticas e Organismos Internacionais; Exmos. Sras. e Srs. Governadores; Exmos. Sras. e Srs. Ministros Tribunais Superiores; Exmos. Sras. e Srs. Ministros de Estado; Exmo. Sr. Procurador-Geral da República; Exmo. Sr. Advogado Geral da União; Exmos. Sras. e Srs. Presidentes de Assembléias Legislativas; minhas senhoras e meus senhores.

Creio expressar o sentimento de toda a sociedade ao afirmar a satisfação de celebrar mais um marco da democracia brasileira. Sem dúvida alguma, é um momento – e o Sr. Presidente já o disse com toda ênfase – de orgulho para nossa jovem, mas vigorosa, democracia, que, a cada dia, está mais robusta, mais madura. E esta é uma virtude da democracia: ela vai se incorporando tão confortavelmente ao nosso cotidiano que, quando paramos para observar, parece que sempre vivemos na plenitude democrática, embora todos saibamos que nem sempre respiramos normalidade.

O outro mérito é que o modelo não se pretende acabado. Como ela nunca está completa, é necessário refazê-la diariamente. É uma obra aberta e coletiva que tem início, mas não tem termo. Como é humildemente imperfeita, a democracia precisa sempre ser refeita. E aí reside o seu maior valor: a permeabilidade permanente aos aperfeiçoamentos institucionais.

Nunca é demasiado relembrar o ensinamento: *"A democracia pode ter problemas, mas é o melhor sistema de governo"*. Os problemas existem de fato, mas a democracia segue sendo o melhor sistema de governo.

O processo eleitoral de 2006, mais do que a celebração democrática, deve ser compreendido – como o Sr. Presidente já o disse – além do cômodo antagonismo entre os que disputaram a eleição. Ele se insere em um processo histórico-social e precisa ser ponderado, sob a perspectiva das mensagens emanadas da sociedade.

Chegou o momento de interpretar esses anseios e interagir com eles. É uma decisão crucial, especialmente agora, quando transpomos o calor eleitoral e ingressamos na administração, cujos atos e decisões têm conseqüências sobre a vida de todos nós.

A sociedade amadurecida está atenta. Ela nos ouve, e, no silêncio do voto, exige ser ouvida com maior freqüência e ser atendida. Ela clama, e continuará clamando, por melhorias no seu dia-a-dia. E o último pleito, sem dúvida nenhuma, demonstrou que a percepção do conforto econômico, aqui defendida pelo Sr. Presidente, foi decisiva no resultado.

A sociedade recusou a hegemonia nas mãos de um segmento. Entre a Presidência da República, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, os Governos Estaduais e as Assembléias Legislativas, o poder foi repartido.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com responsabilidade aguda e rara sensibilidade adquirida em sua trajetória única, soube diagnosticar e compreender

os desejos da sociedade e, verificada a opção pela continuidade do seu projeto, convocou o Brasil para uma conciliação.

Reformas estruturais – e V.Exa. tem razão, Presidente Lula – pertencem ao futuro do País, não a governos. A pregação, instando todos a colaborar, não deve ser recebida com reservas. Busca-se uma conjugação de vontades com propósitos determinados como meio seguro de superarmos as apreensões nacionais.

Hoje fica claro que esta convocação deve contar principalmente com a Oposição, vital em qualquer democracia e que reúne valorosos quadros na busca do bem coletivo. O espaço da Oposição – V.Exa. já disse, e eu repito – é sagrado; sua voz crítica, imprescindível.

Tudo em política é questão de espaço, possibilidade e ousadia. Se houver ambiente para um amplo diálogo que permita fazer as reformas, reduzir mais impostos, distribuir mais renda, gerar mais investimentos e mais empregos, e crescer ainda mais em bases sustentáveis, todo esforço, Sr. Presidente, será pouco para concretizá-lo.

Precisamos de racionalidade para maximizar os dividendos econômicos que o cenário externo ainda sugere. Os ciclos históricos exigem espectadores atentos.

Ou o Brasil avança ou é marginalizado da história econômica moderna. Daí a necessidade que V.Exa. tem de destravá-lo.

Não precisamos de frases sonoras ou sugestivas. Diante de um mundo irremediavelmente globalizado, o nosso choque é o da execução do óbvio. É uma caminhada que exige trabalho, união e patriotismo. Ela nos dará segurança para gerar os empregos pretendidos e crescermos acima dos percentuais de outrora.

Brasileiros não torcem contra o Brasil e, portanto, não querem assistir à repetição de erros pretéritos. É imperativo que, na busca do bem comum, ousemos.

Fiscalizar, legislar e apontar caminhos sólidos para o desenvolvimento são atribuições do Poder Legislativo.

Enquanto as potências avançam celeremente em todos os campos, ainda lutamos por direitos básicos, comezinhos. Consagradas as conquistas mais elementares da democracia – as liberdades e o Estado de Direito –, devemos somar esforços para avançar ainda mais rumo à justiça social e à igualdade de oportunidades, sem as quais nenhuma democracia estará completa, nenhum democrata estará satisfeito.

Democracia não é só direito ao voto, ao ir e vir. Sr. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva; Sr. Vice-Presidente José Alencar; Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo, um dos mais atentos observadores da cena nacional; como V.Exas. bem sabem, democracia é mobilidade social, igualdade de oportunidades e justiça social.

As projeções do cenário mundial são confortáveis. Ainda sinalizam para um crescimento sustentável para os países emergentes. Muitos dos resultados obtidos até aqui são reflexos das reformas iniciadas na década de 90, que precisam, como disse V.Exa., Sr. Presidente, ser continuadas. Devemos prosseguir com elas ou seremos um elo perdido no continente. Temos potencial e vamos, com a ajuda de todos, dar os passos do tamanho dos passos de outras nações.

O papel do Parlamento, Sr. Presidente Lula, é acelerar as reformas, que não devem ser procrastinadas ou vítimas de contaminações eleitorais que se avizinhem. Para cumprir seu destino histórico, o País pede a seqüência das reformas. Entre elas, a modernização do sistema político, a reforma política – quem morreu não foi a democracia, não foi a ética; quem apodreceu foi o nosso sistema político uninominal –, a mudança nas novas formas de cooperação entre a União e os demais Estados Federados, e a simplificação dos nossos tributos.

Sei que a exortação pela palavra tem perdido a força, mas devemos ressuscitar esse valor, senão começaremos a perder o contato com a sociedade. Os riscos são conhecidos, Srs. Senadores, Srs. Deputados: a descrença na capacidade saneadora e organizadora das instituições.

Desejo que os anseios do povo brasileiro encontrem ressonância nos 3 Poderes, que, mais do que nunca, precisam ser independentes, autônomos e harmônicos. E que possamos colaborar na construção de um futuro próspero, justo e igualitário para o Brasil.

E nesse projeto estou convencido de que a Oposição, parte essencial do Poder Legislativo, tem verdadeiramente como contribuir, dada a responsabilidade e a maturidade com que vem atuando.

Creio exprimir neste momento o sentimento dominante ao dizer que não será por nossa omissão, inércia ou inação que o Governo de V.Exa. não dará ao Brasil as medidas de que o povo reclama, a opinião pública reivindica e a Nação, que decidiu elegê-lo, espera. Os interesses do Brasil estarão, como sempre estiveram, acima de eventuais divergências ideológicas, doutrinárias e partidárias.

Para encerrar, cito Padre Vieira e desejo bons anos a V.Exa., Presidente Lula. Não apenas este que hoje se inicia, mas todos os anos do seu mandato. *(Palmas prolongadas.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB -AL.) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 15 minutos.)

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Coleção Ambiental

Coletânea de publicações, com atualização periódica, sobre a legislação que aborda a questão ambiental.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)
Agência: 4201-3
A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP
Conta-corrente: 170.500-8
Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislações Brasileiras



Coletânea de publicações, com atualização periódica, sobre temas diversos da legislação brasileira.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)
Agência: 4201-3
A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP
Conta-corrente: 170.500-8
Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

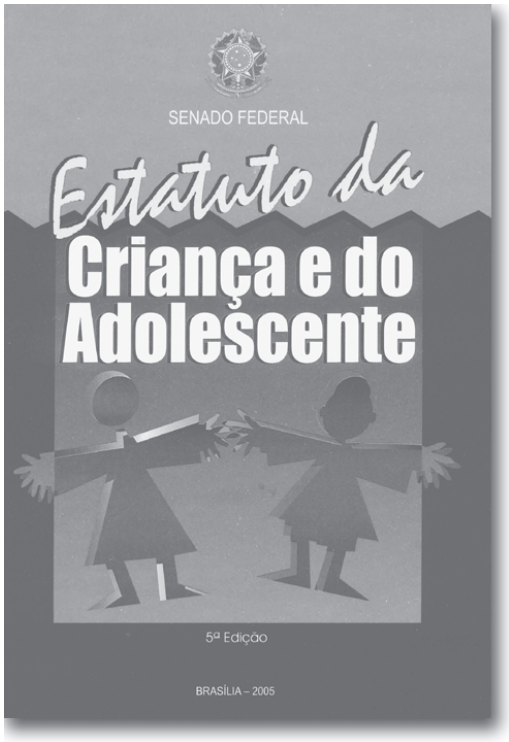
Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Estatuto da Criança e do Adolescente

Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação correlata e índice.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)
Agência: 4201-3
A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP
Conta-corrente: 170.500-8
Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS